

## CONTRIBUIÇÕES DO COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO AO DESENVOLVIMENTO RURAL

Amanda Pegorini Gimenes<sup>1</sup>  
Fernanda Maria Zarelle<sup>2</sup>  
Karina Sayuri Nishigawa<sup>3</sup>  
Rafael Belfiori Gambarim<sup>4</sup>  
Heverton Garcia de Oliveira<sup>5</sup>  
Fátima Maria Pegorini Gimenes<sup>6</sup>

GIMENES, A. P.; ZARELLI, F. M.; NISHIGAWA, K. S.; GAMBARIM, R. B.; OLIVEIRA, H. G.; GIMENES, F. M. P. *Rev. Ciên. Empresariais da UNIPAR*, Umarama, v.7, n.2, p. 99-119, jul./dez. 2006.

**RESUMO:** Este artigo procura demonstrar a efetiva contribuição do agronegócio cooperativo na formação da riqueza nacional, servindo, tanto de subsídio a formulação de políticas *per se*, quanto para esclarecer o próprio desempenho do setor em relação aos demais. Trata-se de uma pesquisa descritiva, que caracteriza o setor primário como força motriz do crescimento econômico e delinea o conceito de agronegócio como novo espaço rural. Na seqüência evidencia-se, através de uma análise de séries estatísticas, a importância do *agribusiness* cooperativo na consolidação dos saldos das relações comerciais do Brasil com seus parceiros comerciais. Ao finalizar, identifica-se o cooperativismo agropecuário como indutor do desenvolvimento rural, ou seja, capaz de garantir uma melhor qualidade de vida para os pequenos produtores rurais e a sociedade como um todo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agronegócio; Cooperativismo agropecuário; Desenvolvimento Rural.

## THE CONTRIBUTIONS OF AGRICULTURAL COOPERATIVISM FOR THE RURAL DEVELOPMENT

**ABSTRACT:** This article aims at demonstrating the effective contribution of cooperative agribusiness for the formation of national wealth, from subsidizing

---

<sup>1</sup>Acadêmica de Direito – Integrante do PIBIC - Universidade Paranaense

<sup>2</sup>Acadêmica de Direito - Integrante do PIBIC - Universidade Paranaense

<sup>3</sup>Acadêmica de Administração - Integrante do PIBIC - Universidade Paranaense

<sup>4</sup>Acadêmico de Administração - Integrante do PIBIC - Universidade Paranaense

<sup>5</sup>Acadêmico de Direito - Integrante do PIC - Universidade Paranaense

<sup>6</sup>Doutora em Administração - Professora - Pesquisadora do GEPAG - Universidade Paranaense

the formulation of policies *per se*, as much as clarifying the performance of such sector in relation to the others. It is a descriptive research characterizing the primary sector as the driving power of the economical growth, and delineates the agribusiness concept as a new rural space. Thus, through the analysis of statistical series, the importance of cooperative agribusiness for the consolidation of the balances from the business relations between Brazil and its business partners is evidenced. To finish, agricultural cooperativism is identified as the inductor of agricultural development, that is, capable of guaranteeing better quality of life for the small-scale producers and the society as a whole.

**KEYWORDS:** Agribusiness; Agricultural cooperativism; Agricultural development.

## CONTRIBUCIONES DEL COOPERATIVISMO AGROPECUARIO AL DESARROLLO RURAL

**RESUMEN:** Este artículo tuvo como objetivo demostrar la efectiva contribución del agro negocio cooperativo en la formación de la riqueza nacional, sirviendo, tanto de subsidio a la formulación de políticas *per se*, como para aclarar el propio desempeño del sector en relación a los demás. Se trata de una investigación descriptiva, que caracteriza el sector primario como fuerza motriz del crecimiento económico y perfila el concepto de agro negocio como nuevo espacio rural. En la secuencia se evidencia, a través de un análisis de series estadísticas, la importancia del *agribusiness* cooperativo en la consolidación de los sueldos y relaciones comerciales de Brasil con sus aparceros comerciales. Al finalizar, se identifica el cooperativismo agropecuario como inductor del desarrollo rural, o sea, capaz de garantizar una mejor calidad de vida a los pequeños productores rurales y a la sociedad como un todo.

**PALABRAS CLAVE:** Agro negocio; Cooperativismo agropecuario; Desarrollo rural.

## 1 INTRODUÇÃO

A agricultura é um setor da atividade econômica de grande importância na história do Brasil, pois a colonização do país manteve estreita correlação com o plantio de cana de açúcar e uma análise do passado demonstra que vários outros produtos da lavoura deram origem aos ciclos econômicos vivenciados pela sociedade brasileira (FURTADO, 1998).

Atualmente, na constituição do PIB (Produto Interno Bruto) o crescimento do agronegócio tem apresentado variação significativa, em comparação com a atividade industrial. Ainda assim, um dos grandes desafios do

mundo globalizado é alimentar uma população que já ultrapassou os seis bilhões de habitantes e que não pára de crescer.

Entre as nações destinadas a alimentar o mundo, o Brasil é um país privilegiado, graças às suas grandes extensões de terra agricultáveis e condições de clima favoráveis. Mas, além das vantagens naturais, é preciso produzir e exportar com maior eficiência, pois a gradual abertura das economias nacionais ao comércio internacional expõe os agentes econômicos domésticos à concorrência mundial.

A intensificação da concorrência entre países e blocos econômicos faz com que a sobrevivência fique mais difícil para empresas menos eficientes e gestores despreparados. Portanto, para sobreviver e crescer é imperativo adquirir a visão sistêmica de produção e comercialização, e buscar eficácia, de forma a favorecer a relação custo/benefício e permanecer competitivo.

Em um período de intensas negociações entre países, para a constituição e/ou consolidação de acordos comerciais, torna-se prioridade conhecer e avaliar a participação do agronegócio cooperativo na pauta de exportações brasileiras.

O objetivo do presente artigo é demonstrar a efetiva contribuição do agronegócio cooperativo na formação da riqueza nacional, servindo, tanto de subsídio a formulação de políticas *per se*, quanto para esclarecer o próprio desempenho do setor em relação aos demais.

## **2 SETOR PRIMÁRIO: A FORÇA MOTRIZ DO CRESCIMENTO**

Destaca-se, como fator decisivo para o progresso da humanidade, da pré-história aos dias atuais, a contínua busca pela disponibilidade e aperfeiçoamento de técnicas produtivas. O processo de aprimoramento, as pesquisas e as inovações foram decorrentes de transferência de recursos da agricultura. Schuh (1997) cita que a compreensão de como a agricultura contribui para o desenvolvimento da economia é a chave para os investimentos neste setor e uma adequada política econômica voltada para ele.

As transformações na agricultura têm alavancado o desenvolvimento econômico de países. No século XI, na Europa, a introdução da técnica do pousio no campo ampliou a produção, gerou um excedente agrícola, possibilitou a ampliação do comércio, a constituição dos mercados e a transição do feudalismo para o capitalismo. Entre 1740 e 1750, na Inglaterra, o sistema de rodízios de colheita precedeu e, somado a outros fatores, deu início à Revolução Industrial.

De acordo com Ohkawa & Rosovsky (1961), no período 1878 - 1940, o modelo de desenvolvimento japonês apoiou-se na agricultura como fonte provedora de produtos agrícolas, força de trabalho e propensão a poupar. No mesmo período, o setor contribuiu produzindo excedentes exportáveis e saldos

superavitários, colaborando para a urbanização e industrialização do Japão.

No Brasil, após a Grande Depressão, a política governamental de proteção ao preço do café possibilitou a manutenção do nível de empregos e de renda da sociedade. Essa política, somada ao rápido crescimento da cultura de algodão, contribuiu para elevar a produção industrial, utilizando primeiramente a capacidade instalada e, na seqüência, estimulou novos investimentos.

Segundo Baer (1996, p. 52), “A restrição das importações e a contínua demanda interna que resultou da receita gerada pelo programa de apoio ao café causou escassez de bens manufaturados e um conseqüente aumento em seus preços relativos, o que agiu como catalisador para uma arrancada na produção industrial”.

Na segunda metade do século XX o crescimento econômico passa a figurar entre os objetivos da política econômica de países ocidentais e de sistemas coletivistas (KIRSCHEN, 1975).

O Brasil vivencia, no mesmo período, o maior crescimento de sua história e, em seguida, uma fase de profunda recessão. A produção agrícola, para abastecer o mercado interno e para impulsionar as exportações, é a alternativa utilizada para retirar o país da crise (LACERDA et al., 2000).

Junto com o processo de abertura da economia brasileira, a partir de 1990, ocorre uma maior exposição da agricultura ao comércio internacional. Durante o Plano Real, o acirramento da concorrência externa e a manutenção de uma taxa de câmbio valorizada atingiram duramente o setor primário. Era de se esperar queda na produção; entretanto, ocorre o contrário: o volume produzido elevou-se de forma sistemática, garantindo uma oferta crescente de alimentos e matérias-primas, colaborando para o sucesso do plano no combate à inflação.

Segundo Cardoso (2002, p. 332), “Os negócios relacionados à agroindústria vêm se ampliando num ritmo superior ao conjunto de outros setores produtivos e têm hoje um papel muito relevante para a estabilidade da economia brasileira”.

Conforme Carvalho (1996, p. 505):

O processo de desenvolvimento econômico, para se dar de forma plurilateral, necessita de aprimoramento do setor agrícola, pois depende fundamentalmente de quantidades crescentes de alimentos para a população que cresce; de suprimento crescente de matéria-prima para atender a expansão da indústria; de fluxo de mão-de-obra para os setores não agrícolas também em desenvolvimento; da agilização do processo de formação de capital; do crescimento da capacidade de importar e, finalmente, da expansão do mercado interno, extremamente necessário para permitir a absorção da produção realizada pelo setor secundário da economia. Como se vê, o ônus que pesa sobre o setor agrícola – muitas vezes injustificado em termos de importância relativa – é excepcionalmente

grande. Portanto, é necessária a ocorrência de um esforço sensível para que a agricultura se liberte de sua estrutura tradicional, com a sua relativa estagnação tecnológica e alcance o seu desenvolvimento, níveis de modernização realmente compatíveis com o importante papel que ela deve desempenhar no processo de desenvolvimento econômico.

O desempenho agrícola foi um suporte fundamental para que a economia brasileira realizasse um processo de transformação estrutural e chegasse ao ponto em que está hoje, urbanizada e altamente diversificada. Entretanto, muito resta a ser feito para conquistar um modelo de crescimento sustentável, com capacidade de atender as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade de atendimento da demanda das futuras gerações.

### **3 O AGRONEGÓCIO E O NOVO ESPAÇO RURAL**

A agropecuária, no passado uma atividade de subsistência e auto-suficiência, chega ao século XXI unindo campo e cidade através de um complexo econômico constituído por variadas cadeias produtivas.

O conceito de empresa rural está relacionado com o uso da terra para cultivo, criação de animais e a agregação de valor à produção rural, com a finalidade de gerar renda. Segundo Marion (2002, p. 24), “empresas rurais são aquelas que exploram a capacidade produtiva do solo por meio do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas”.

Respeitando-se a Instrução Normativa SRF nº 83, de 11 de outubro de 2001, artigo 2º, é considerada atividade rural:

A agricultura; a pecuária; a extração e a exploração vegetal e animal; a exploração de atividades zootécnicas, tais como apicultura, avicultura, cunicultura, suinocultura, sericicultura, piscicultura e outras culturas animais; a atividade de captura de pescado in natura, desde que a exploração se faça com apetrechos semelhantes aos da pesca artesanal (arrastões de praia, rede de cerca entre outros), inclusive a exploração em regime de parceria; a transformação de produtos decorrentes da atividade rural, sem que sejam alteradas as características do produto in natura, feita pelo próprio agricultor ou criador, com equipamentos e utensílios usualmente empregados nas atividades rurais, utilizando-se exclusivamente de matéria-prima produzida na área rural explorada.

Assim, a empresa rural, independentemente do seu tamanho ou estatuto jurídico, passa a fazer parte de um novo espaço rural, conhecido como agronegócio. Essa expressão, tradução literal de agribusiness, está presente

na literatura, no discurso de políticos, no vocabulário de professores e outros profissionais. Afinal o que significa agronegócio?

Formalmente, a noção do agronegócio é similar à dos complexos agroindustriais, ou seja, abrange um conjunto de atividades econômicas que abastecem a agricultura (insumos, bens de capital e serviços), a produção agropecuária propriamente dita e outras tantas que se agregam à produção primária (o crédito, a transformação e a distribuição do produto).

Muito embora o PIB (Produto Interno Bruto) da agropecuária, estimado em R\$ 149,8 bilhões em 2006, tenha uma participação inferior a 10% na composição do PIB brasileiro, a renda gerada dentro da porteira é considerada um multiplicador de renda nos demais setores da economia, isto é, na indústria de insumos, na indústria de processamento de produtos agropecuários e nos serviços agregados a essas atividades.

Conforme demonstra o Quadro 1, o agronegócio gerou uma produção de R\$ 537.628 bilhões em 2005, consolidando uma participação de 27,87% na composição do PIB de 2005. Os dados do Quadro 1 também revelam uma participação média do agronegócio na formação do PIB brasileiro, superior a 24% no período 2000/2005.

**Quadro 1:** A Participação do Agronegócio na Composição do Produto Interno Bruto  
R\$ trilhões

| Ano  | PIB pm*     | Pecuária | Agricultura | Agropecuária | Agronegócio |
|------|-------------|----------|-------------|--------------|-------------|
| 2000 | 1 731 575   | 40.51    | 45.49       | 86.00        | 306.88      |
| 2001 | 1 754 304   | 44.86    | 54.54       | 99.40        | 344.95      |
| 2002 | 1 788 106   | 53.07    | 72.72       | 125.79       | 424.32      |
| 2003 | 1 797 850   | 56.09    | 85.18       | 141.27       | 454.98      |
| 2004 | 1 885 945   | 65.22    | 95.43       | 160.65       | 533.98      |
| 2005 | 1 929 322   | 67.84    | 85.20       | 153,04       | 537.63      |
| 2006 | 2 322 818** | 64.88    | 84.97       | 149.80       | 540.06      |

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados publicados:

\*CEPEA - PIB a preços de mercado de 2000 a 2005 (trilhões de R\$).

\*\*Valor de 2006 - segundo a nova metodologia de cálculo do IBGE/2007. Não permite comparações, pois os demais valores não seguem a mesma metodologia de cálculo.

Vale ressaltar que o agronegócio, no Brasil, é responsável pela geração de mais de 18 milhões de empregos, o que corresponde a 30% da população economicamente ativa do país. De cada três oportunidades de emprego criadas, uma é oriunda da agricultura (BERTELLI, 2005).

Merece ênfase a importância da agropecuária como atividade que colabora para fixar o homem no campo, reduzindo as pressões sociais nos centros urbanos, além de absorver grandes contingentes com baixa formação escolar. Por outro lado, se exige, em função da implantação dos complexos agroindustriais, uma mão-de-obra melhor qualificada.

De acordo com a Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (2001, p. 39), o agronegócio pode ser considerado “... o setor econômico com capacidade de dar resposta mais rápida ao desafio de desenvolvimento com justiça social. Essa prioridade inexoravelmente exige uma ação consistente e persistente de alavancar a geração e transferência do conhecimento como alicerce da sustentabilidade do processo”.

Estudos realizados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA (2005), afirmam que a cada 1% de crescimento do PIB agrícola, gera-se quase 1% de crescimento nos setores da indústria e prestadores de serviços. E que em 89% dos municípios brasileiros, nos quais o PIB rural é igual ou maior do que 10% do PIB geral, um crescimento de 10% do PIB até a porteira geram outros 9% de crescimento conjunto da indústria e dos setores de serviços da cidade. Nos municípios restantes, compostos por uma população de aproximadamente 100 mil habitantes e onde a agropecuária é pouco expressiva, cada 10% de crescimento da agropecuária gera um crescimento de 5% no PIB urbano.

No que se refere à importância do agronegócio para a balança comercial, os dados do Quadro 2 demonstram que as exportações do setor em 2005 registraram uma significativa expansão de 85% sobre o valor exportado em 2001. A balança comercial brasileira apresentou um superávit de US\$ 44,76 bilhões em 2005, com exportações de US\$ 118,31 bilhões e importações de US\$ 73,55 bilhões. Esse superávit (33,04% maior do que o verificado em 2004) resultou de aumento nas exportações (+22,63%) superior ao das importações (+17,06%). As exportações do agronegócio brasileiro atingiram US\$ 46,30 bilhões (39,13% do total). Já as importações do setor caíram 1,27%, em comparação com 2004, somando US\$ 10,07 bilhões (13,69% do total). O superávit do agronegócio foi de US\$ 36,23 bilhões, ou seja, 15,73% superior ao do ano anterior.

Esse resultado evidencia a importância do agronegócio no total de transações do Brasil com o resto do mundo, além de permitir o reconhecimento do setor como principal financiador das importações de outros setores.

**Quadro 2:** Balança comercial do agronegócio 2001/2005 - US\$ bilhões

| Ano  | Total  |       |       | Agronegócio |       |       | Participação do Agronegócio (%) |       |
|------|--------|-------|-------|-------------|-------|-------|---------------------------------|-------|
|      | X*     | M**   | Saldo | X           | M     | Saldo | X                               | M     |
| 2001 | 58,22  | 55,57 | 2,65  | 25,01       | 8,56  | 16,45 | 42,95                           | 15,40 |
| 2002 | 60,36  | 47,24 | 13,12 | 26,06       | 7,68  | 18,38 | 43,18                           | 16,26 |
| 2003 | 73,08  | 48,30 | 24,78 | 32,43       | 8,51  | 23,92 | 44,37                           | 17,61 |
| 2004 | 96,48  | 62,83 | 33,65 | 41,51       | 10,20 | 31,31 | 43,03                           | 16,24 |
| 2005 | 118,31 | 73,55 | 44,76 | 46,30       | 10,07 | 36,23 | 39,13                           | 13,69 |

Fonte: Elaborada pelo IEA/APTA/SAAESP a partir de dados básicos da SECEX/MDIC

Notas: \* X - Exportações brasileiras.

\*\*M - Importações brasileiras.

Conforme os números apresentados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (2006), os produtos que mais contribuíram para o aumento das exportações brasileiras em 2005 foram: a carne, com participação de 31% nas vendas externas; o café, com 42%; o açúcar/álcool que, juntos, foram responsáveis por 49%. Eles ressarciram as perdas originadas com o complexo soja, que teve uma retração de 5,7% em relação a 2004. Tal situação se deve ao fato que os preços do grão e dos derivados da soja no mercado internacional tiveram uma redução de 15%. Além disso, os focos de febre aftosa afetaram as vendas externas da carne brasileira, mas mesmo assim este produto teve uma venda superior ao ano de 2004, graças ao aumento dos preços da carne bovina, suína e de frango.

O Brasil exporta uma série de produtos do agronegócio, que podem ser elaborados intersetorialmente e, assim, apresentam uma complexa verticalização interindustrial. Isso permite agregar valor aos produtos e, além disso, torna o país um dos maiores e mais competitivos fornecedores de carne bovina, carne de frango, carne suína, açúcar em bruto, açúcar refinado, álcool etílico, soja em grão, farelo de soja, óleo de soja, algodão, café em grãos e solúvel, suco de laranja, couros, mel, celulose, madeira, papéis, sucos de frutos etc.

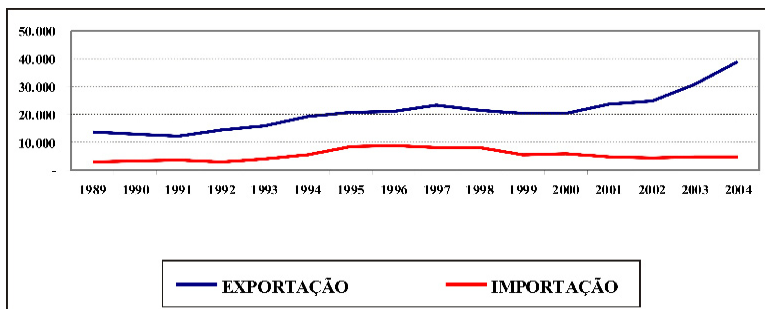
As exportações do agronegócio brasileiro apresentaram, no período de 2000 a 2005, um crescimento acumulado de 130%, o que significa uma taxa anual de crescimento de 18%, passando de US\$18,9 bilhões para US\$ 46,3 bilhões.

Com estes resultados, o saldo da balança comercial do agronegócio cresceu, passando de US\$ 13,7 bilhões em 2000 para US\$ 36,23 bilhões em 2005. Este desempenho resultou, tanto da diversificação de produtos, quanto da



diversificação dos mercados de destino (MAPA, 2006).

Na Figura 1 comprova-se a evolução das exportações do agronegócio brasileiro que, em 1989, eram de US\$ 13,921 bilhões e geraram um saldo superavitário de US\$ 10,840 bilhões. Quinze anos depois, o faturamento, com as vendas externas de produtos agropecuários, saltou para US\$ 46 bilhões e, em consequência, o saldo comercial triplicou, haja vista que as importações do agronegócio não sofreram grande variação.



**Figura 1:** Evolução anual da Balança Comercial do Agronegócio - US\$ milhoes  
Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA

Os parceiros comerciais do Brasil foram ampliados e principalmente a Ásia, a Europa Oriental e o Oriente Médio são regiões em que o dinamismo econômico, aliado à competitividade dos produtos nacionais, pode redundar em aumento expressivo das exportações. Os trinta principais países que adquirem produtos do agronegócio brasileiro compram mais de 82% das vendas externas do país.

Conforme demonstra o Quadro 3, em 2005, 43% das exportações do agronegócio brasileiro se destinaram a novos mercados, enquanto que, em 2000 essa parcela era de apenas 27%. Isso reflete a maior taxa de crescimento das vendas externas para esses destinos, que foi mais de 3 vezes a taxa de crescimento das vendas para mercados tradicionais.

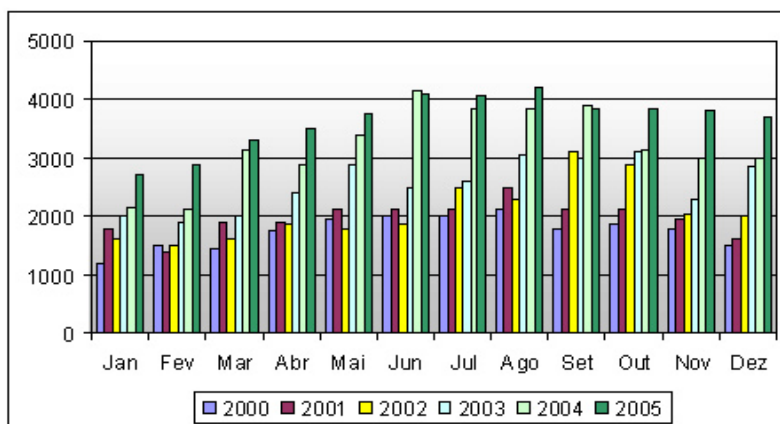
O aumento da participação dos países não tradicionais que se encontram entre os 30 principais compradores dos produtos do agronegócio brasileiro não impediu que as exportações, para esses mesmos 30 principais países, perdessem espaço. Assim, além de uma melhor diversificação entre os principais parceiros, o Brasil conseguiu ampliar a participação de outros parceiros, o que se pode chamar de desconcentração dos destinos das exportações do agronegócio.

**Quadro 3:** Participação das exportações do agronegócio brasileiro por destino

| Países        | 2000 | 2005 |
|---------------|------|------|
| Rússia        | 2%   | 6%   |
| Itália        | 3%   | 4%   |
| Espanha       | 3%   | 3%   |
| China         | 3%   | 7%   |
| França        | 4%   | 3%   |
| Argentina     | 5%   | 2%   |
| Reino Unido   | 5%   | 4%   |
| Japão         | 5%   | 4%   |
| Bélgica       | 5%   | 3%   |
| Alemanha      | 6%   | 4%   |
| Países Baixos | 10%  | 9%   |
| EUA           | 18%  | 14%  |
| Demais Países | 31%  | 37%  |

Fonte: Elaborado pelos autores dados do Secex/MDIC/MAPA

A Figura 2 demonstra o crescimento mensal das exportações do agronegócio no período compreendido entre 2000 e 2005. Percebe-se a significativa variação ocorrida nos últimos dois anos, fator esse que em muito tem colaborado para a obtenção de superávits, enquanto os demais setores da economia acumularam déficits crescentes ao passar dos anos.



**Figura 2:** Evolução Mensal das Exportações do Agronegócio – US\$ milhões

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (2006)

Analisando-se os dados da Associação Brasileira de Agribusiness – ABAG, Cruz Filho (1995, p. 2) concluiu que o *agribusiness* brasileiro existe. Está consolidado desde a década de 70 e é o maior negócio do País, representando mais de 30% do seu PIB e mais de 40% de suas exportações, sendo, de longe, o setor da economia que mais emprega mão-de-obra. Acerca desse sistema, assim se manifesta:

Várias cadeias são extremamente competitivas no mercado internacional e muitas poderão sê-lo com pequenos ajustes e baixos investimentos. Está no *Agribusiness* a única saída, em curto prazo, para acelerar a integração do Brasil à economia internacional - embora pese sobre ele o protecionismo dos países desenvolvidos - e é ele também que oferece a grande oportunidade de descentralização industrial.

Na cadeia de valor do *agribusiness* brasileiro, as cooperativas têm importante participação. O cooperativismo, pode ser uma organização social e econômica, inserida no contexto e dinâmica da sociedade, também sofre transformações e adequações, para melhor atender os interesses de seu quadro social.

A partir de 1993, a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB deu início a modificações no quadro de nomenclaturas dos segmentos cooperativos, adaptando-as às exigências atuais do mundo do trabalho.

Atualmente, de acordo com as especificidades das respectivas atividades econômicas, existem treze ramos cooperativos: agropecuário, consumo, crédito, educacional, habitacional, especial, mineração, produção, serviço ou infraestrutura, trabalho, turismo e lazer, saúde, e transporte.

Conforme a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), em dezembro de 2005 o Brasil contava com um total de 7.518 cooperativas, que integravam 6.791.054 associados e geravam 199.680 empregos. Em 2005, comparando-se com os dados do cooperativismo de 2004, evidencia-se uma expansão de 5,35% no número de cooperativas, percebe-se um aumento significativo de 10,25% no número de associados e de 2,35% no número de empregos gerados pelas cooperativas (OCB). As cooperativas são responsáveis por um volume de transações econômicas equivalente a 6% do PIB (Produto Interno Bruto).

As Sociedades Cooperativas são entidades sem fins lucrativos que, conforme dispõe o art. 4º da Lei nº. 5.764/71, são constituídas com a finalidade de prestar serviços aos seus associados.

A relação mútua, compreendida entre a cooperativa e os cooperados é denominada de ato cooperativo ou negócio interno, que, conforme seu conceito legal, aludido no art. 79 da mesma lei, são, os atos praticados entre as cooperativas

e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si, quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais.

Há ressalva, porém, do parágrafo único, segundo o qual, o ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria. Assim, ato cooperativo é a forma legal que regulamenta as relações entre associado e cooperativa, ou entre esta e aquele, não caracterizando contrato de compra e venda de produto ou mercadoria.

Por outro lado, tem-se por ato não cooperativo, conforme sustenta Becho (2002), todo ato praticado entre uma cooperativa e outra pessoa física ou jurídica qualquer, que não associada.

Têm-se, como sustentação a esta afirmativa, os artigos 85, 86 e 88 da Lei nº. 5.764/71, os quais apresentam, em seu conteúdo, autorizações para as cooperativas transacionarem com terceiros, porém de forma estritamente peculiar, concernente apenas às cooperativas agropecuárias e de pesca (art. 85) e, em alguns casos, mediante autorização concedida pelo respectivo órgão executivo federal (art. 88).

É de significativa importância a distinção entre atos cooperativos e atos não-cooperativos, principalmente no que se refere à incidência tributária sobre os mesmos. Cabe advertir que é assegurado, às sociedades cooperativas, adequado tratamento tributário pela constituição federal vigente, conforme preceitua a alínea “c”, inc. III, do art. 146, *in verbis*:

Art. 146 Cabe à lei complementar:

(...)

III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

(...)

c) adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.

Destarte, o mandamento constitucional supramencionado indica que o ato cooperativo deve ter, por suas peculiaridades, tratamento tributário benéfico, muito embora a lei complementar referida ainda não tenha sido editada.

Desta forma, é imprescindível discernir ato cooperativo e ato não-cooperativo, seja para delinear adequado tratamento tributário às operações realizadas pelas cooperativas, seja para distinção das operações realizadas pelos associados e, conseqüentemente, a apropriada aplicação dos dispositivos legais contidos na Lei das Cooperativas (5.764/71).

Por fim, necessário se faz aludir o conceito de Sociedade Anônima, com a finalidade de distinguir S/A de Sociedade Cooperativa.

O art. 1º da Lei nº 6.404/76 (Lei das S/A) preconiza que:

Art. 1º A companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.

Constata-se que a Sociedade anônima distingue-se da Sociedade Cooperativa principalmente em sua constituição e objeto social. Haja vista que a S/A, diferentemente da Sociedade Cooperativa, almeja lucros e limita a participação dos associados ao valor empregado no capital social (preço de emissão das ações).

#### **4 A IMPORTÂNCIA DO COOPERATIVISMO PARA O AGRONEGÓCIO**

Diversos estudiosos já mencionaram, em suas obras, os benefícios gerados pelas empresas cooperativistas para o crescimento de uma região. Nos estados com maior número de produtores vinculados a cooperativas (Rio Grande do Sul 49%; Santa Catarina 42% e Paraná 38%), registram-se também maiores níveis de produtividade da terra (MARQUES, 2000).

Zuurbier (1997) cita benefícios como maior acesso a mercados, economia de escala, acesso a recursos e a pulverização do risco. Em algumas regiões do estado de São Paulo, análises estatísticas comprovam que, para cada 10% de aumento na proporção de cooperados, há um provável aumento médio de 2,5% na renda dos produtores rurais da região (BIALOSKORSKI NETO, 1998).

Em âmbito rural, o cooperativismo foi um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento do agronegócio nos períodos das décadas de 60 e 70, devido à organização das cadeias produtivas, a difusão da tecnologia e a viabilização da infra-estrutura.

A razão disto é que a agricultura, como setor primário da economia, caracteriza-se por interagir, a montante e jusante, com mercados fortemente oligopolizados, como é o caso dos insumos, o processamento das matérias-primas e a distribuição dos produtos acabados até o mercado consumidor.

Por outro lado, os agricultores participam de um mercado cuja estrutura é bastante atomizada e bem competitiva, colocando-os como meros tomadores de preços, tanto no momento da compra de insumos, como na venda de seus produtos.

Este posicionamento competitivo no mercado propiciou a existência de estruturas econômicas intermediárias, como as cooperativas agropecuárias, garantindo ao produtor um menor risco na sua atividade e um maior valor agregado para os seus produtos, que, isoladamente, em muitos casos, seria presa

fácil desses mercados oligopolizados (BIALOSKORSKI NETO, 1994).

Jank (1990) destaca a evolução da participação dos produtos das cooperativas agropecuárias na pauta de exportações brasileiras. Os produtos processados tiveram um aumento de 3% para 31% na participação do total das exportações, representando uma expansão de receitas da ordem de 443%, no período que se estende de 1982 a 1988. Observa-se uma tendência de se reforçar a estratégia de agregação de valor na produção, o que já ocorre nas demais organizações que procuram participar ativamente da economia mundial.

Na safra 2003/04, o país produziu 119 milhões de toneladas de grãos, sendo que as cooperativas participaram com 25% dessa produção e com 35% de toda a produção agropecuária brasileira (Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, 2006).

Em 2005, das 7.518 cooperativas existentes no país, segundo dados da OCB (2005), 1.154 cooperativas destinavam-se ao ramo agropecuário que, por sua vez, eram responsáveis pelo agrupamento de quase 880 mil cooperados. Essas cooperativas agropecuárias ainda possuíam a capacidade de gerar 123.368 empregos diretos, ou seja, é o setor que mais emprega pessoas dentre todos os ramos do cooperativismo brasileiro.

O cooperativismo possui grande relevância para a economia brasileira, na medida em que atua apoiando o desenvolvimento econômico e social, principalmente das pequenas propriedades rurais. As cooperativas atuam no fomento e comercialização dos produtos agrícolas, inclusive implantando novos cultivos e agregando valor aos produtos por meio de complexos agroindustriais.

Até o início da década de 90, a maioria das cooperativas brasileiras era gerenciada pelos próprios associados, de forma amadora, sem planejamento estratégico ou outras ferramentas básicas de gestão como a análise de indicadores de desempenho.

Com a abertura do mercado brasileiro, as cooperativas agropecuárias tiveram que se adaptar às condições da economia globalizada, planejando novas estratégias de negócios com uma nova estrutura organizacional, capaz de proporcionar uma nova composição em sua estrutura de capital, contudo, sem desprezar os princípios doutrinários.

Sobre as novas condições do mercado, Rodrigues (1997, p. 91) afirma que:

A competição acirrada, a busca pela eficiência máxima, a redução de custos e de preços, qualidade, produtividade, incorporação de novas tecnologias, profissionalização etc., são temas dominantes pelo mundo afora e se caracterizam pelo predomínio do econômico sobre o social. As cooperativas não podem ficar fora desta realidade. Terão que reduzir seus custos e aprimorar sua gestão e isto implicará, certamente, em despedir funcionários. E terão que

expulsar os maus dirigentes, os incapazes, os corruptos e os lerdos. Terão que demitir os maus cooperados e tratar diferentemente os membros em função do seu tamanho, de sua eficiência individual e da reciprocidade que dão à cooperativa.

Para continuar no mercado, as cooperativas agropecuárias adotaram uma série de medidas, buscando eficiência e competitividade. Em linhas gerais, optaram por se desfazer de negócios, demitiram funcionários, expurgaram integrantes de seus quadros e, simultaneamente, apostaram no aperfeiçoamento do pessoal do campo e das técnicas de produção, no planejamento de longo prazo, na profissionalização da gestão, nos investimentos em industrialização e na criação de marcas próprias. Assim, as cooperativas começaram a ganhar espaço no mercado externo, onde atuam com estruturas próprias e vendem, tanto produtos *in natura*, quanto industrializados.

Bialoskorski Neto (1994, p. 52) afirma que “O cooperativismo agropecuário, por excelência, pode promover a interação vertical do setor, tanto procedendo às compras em comum de maneira mais favorável, quanto comercializando ou industrializando a produção”. As cooperativas agropecuárias fornecem serviços desde assistência técnica, armazenamento, industrialização e comercialização dos produtos, até assistência social aos cooperados. Raíces (2003) sustenta que, se uma cooperativa fracassa na organização econômica da comunidade, falha também na tarefa de organização social. Sendo assim, as cooperativas agropecuárias formam, atualmente, o ramo mais forte do cooperativismo brasileiro.

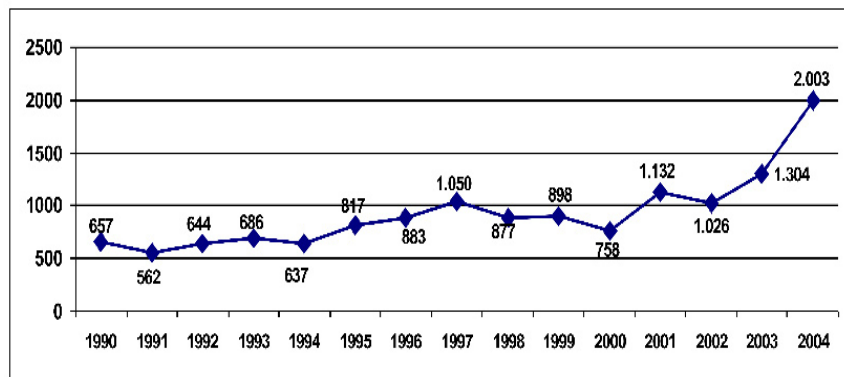
O número de cooperativas do ramo agropecuário, em 2005, comparando-se a 2004, registrou um crescimento de 8,3%. No mesmo período, observa-se um crescimento do número de associados e de pessoas empregadas pelas cooperativas agropecuárias, de 1,7% e de 5,52%, respectivamente (OCEPAR, 2006).

De um total de 396 registros concedidos, em 2005, para cooperativas, o setor agropecuário destacou-se em primeiro lugar, com 89 registros (OCE's e OCB, 2006). Assim, o cooperativismo agropecuário tem se estendido pelo território brasileiro e colaborado para a obtenção de superávits comerciais, ao mesmo tempo em que fornece produtos alimentícios para o mercado interno.

Em 1990, as cooperativas brasileiras exportaram US\$ 657 milhões e, em 2004, suas exportações alcançaram o resultado de US\$ 2 bilhões, ou seja, um crescimento de 205%, conforme demonstra a Figura 3. Fazendo-se uma comparação entre os anos de 2003 e 2004, as exportações das cooperativas tiveram um crescimento de 35%.

As exportações diretas das cooperativas tiveram um aumento da ordem de 53%, em relação ao ano de 2003, passando de US\$ 1.304 para US\$ 2.003

bilhões e, no que se refere ao volume exportado, o crescimento foi de 34%, passando de 5.339.316 toneladas, em 2003, para 7.192.919 toneladas, em 2004.



**Figura 3:** Evolução das exportações das cooperativas de 1990 a 2004 - US\$ milhões  
 Fonte: Secretaria da Receita Federal - SRF e Sistema ALICE Elaboração: GETEC/OCB  
 In: OCEPAR (2005)

Percebe-se que a maior parte das vendas externas do setor cooperativista segue sendo de produtos *in-natura*. Quando os negócios com outros países atingiram US\$ 2 bilhões, em 2004, a soja manteve-se à frente dos outros produtos comercializados. Entretanto, cada vez mais as cooperativas, ao mesmo tempo em que negociam *commodities*, procuram espaço para a comercialização de produtos com maior valor agregado, como o óleo de soja, os sucos concentrados e os processados de carne.

No Quadro 4 são citados os principais grupos de produtos exportados pelas cooperativas brasileiras e avaliados o crescimento e a participação do grupo de produtos nas exportações totais.

Assim, em 2004, o complexo soja participou com 42% do total de exportações diretas das cooperativas, seguido pelo açúcar e seus derivados, com 21%; pelos produtos de origem animal (carnes, lã, lácteos), com 19%; pelo café e demais produtos com 7% de participação cada e, finalmente, pelo trigo, com 4%.



**Quadro 4:** Principais grupos de produtos exportados pelas cooperativas brasileiras  
US\$ milhões

| <b>Produto</b>     | <b>2004 (A)</b>      | <b>2003 (B)</b>      | <b>Variação<br/>% a/b</b> | <b>Participação<br/>% Ano 2004</b> |
|--------------------|----------------------|----------------------|---------------------------|------------------------------------|
| Soja e Derivados   | 850.341.799          | 581.112.361          | 46                        | 42%                                |
| Açúcar de Cana     | 412.600.090          | 274.968.087          | 50                        | 21%                                |
| Produção Animal    | 379.309.017          | 253.128.856          | 50                        | 19%                                |
| Café               | 133.745.531          | 82.516.119           | 62                        | 7%                                 |
| Demais Produtos    | 143.880.723          | 108.056.045          | 33                        | 7%                                 |
| Trigo              | 83.416.604           | 4.675.900            | 1.684                     | 4%                                 |
| <b>Total Geral</b> | <b>2.003.293.765</b> | <b>1.304.457.368</b> | 54                        | -                                  |

Fonte: Secretaria da Receita Federal - SRF e Sistema ALICE Elaboração: GETEC/OCB, In: OCEPAR (2005)

Conforme demonstra o Quadro 5, também ocorre uma variação positiva de 9,4% no volume exportado pelas cooperativas brasileiras, quando se relaciona o período de janeiro a setembro de 2006, com igual período do ano anterior. Nesse período de 2006, as cooperativas receberam, em dólares, 24% a mais do que em 2005.

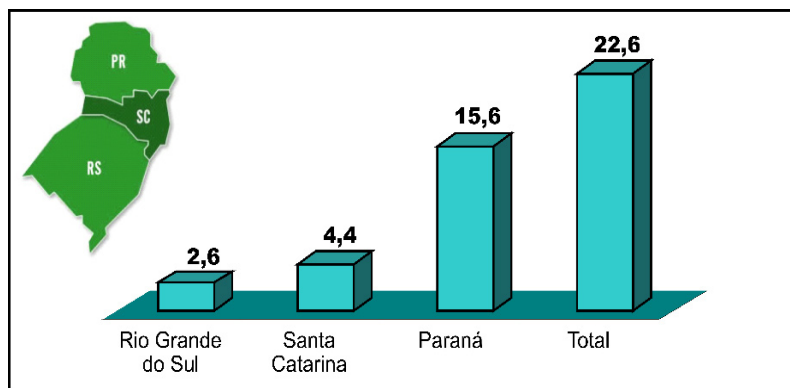
**Quadro 5:** Exportações das cooperativas brasileiras - US\$ milhões

| <b>Janeiro/Setembro-2005</b> |               | <b>Janeiro/Setembro-2006</b> |               | <b>Variação %<br/>2006/2005</b> |           |
|------------------------------|---------------|------------------------------|---------------|---------------------------------|-----------|
| <b>US\$ FOB</b>              | <b>KG</b>     | <b>US\$ FOB</b>              | <b>KG</b>     | <b>US\$<br/>FOB</b>             | <b>KG</b> |
| 1.608.136.245                | 4.928.932.891 | 1.995.507.078                | 5.390.854.543 | 24,1                            | 9,4       |

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Adaptar-se a um mundo em transformação, associar tecnologia e informação ao processo produtivo conduziu a novos horizontes e permitiu o aumento, em 2004, da participação relativa do Brasil, nas exportações mundiais, de 0,9% para 1,11% (OCEPAR, 2006).

A região Sul, pela sua importância como produtora de alimentos, tanto *in natura*, quanto processados, apresenta um perfil e importância para o setor agroindustrial diferenciados, quando comparados com o restante do Brasil, haja vista o expressivo faturamento das cooperativas agropecuárias desta região em 2004 (R\$ 22,6 bilhões), com destaque para a participação das cooperativas agropecuárias paranaenses (R\$ 15,6 bilhões), ou aproximadamente 70% do faturamento total da região.



**Figura 4:** Faturamento das cooperativas agropecuárias na região Sul – 2004 bilhões de R\$

Fonte: Fecoagro (RS), Ocepar e Ocesc in: Kiefer, R. Campo em ebulição. Rev. Amanhã

Para consolidar o processo de expansão do cooperativismo agropecuário é necessário concentrar suas estratégias na busca de maior participação nos mercados internacionais, como o mercado asiático, cujo principal foco de atenção é a China, em função de sua densidade populacional.

Dentro do projeto de internacionalização, as nações árabes despontam como opção cada vez mais atraente, pois são mercados tradicionais e em 2003 foi o terceiro maior mercado das cooperativas agropecuárias brasileiras.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica das atividades primárias tem contribuído, ao longo do tempo, para alavancar economias, primeiramente de forma quantitativa, via aumento de produção e emprego de recursos e, num segundo estágio, pela agregação de valor aos seus produtos, fomenta a multiplicação de investimentos e renda, propiciando avanço qualitativo.

O bom desempenho do agronegócio e o aumento das exportações contribuem, sensivelmente, para o aumento de oferta de trabalho no campo e na cidade. Ainda, as exportações do *agribusiness* são fundamentais para a geração de saldos comerciais superavitários e a conseqüente redução da vulnerabilidade externa da economia brasileira.

Assim, o agribusiness é mesmo o maior negócio do país, tanto para a geração de empregos, quanto no que diz respeito às exportações e ao saldo da balança comercial, para não falar da garantia do abastecimento interno com qualidade e competitividade.

Na atualidade, o fortalecimento da prática cooperativista no agronegócio, com a implementação de uma administração profissional, a existência de planejamento e organização e de um melhor dimensionamento e escalonamento de investimentos é condição indispensável para garantir sua competitividade e desenvolvimento sustentado.

O desenvolvimento rural está diretamente vinculado ao fortalecimento do cooperativismo agropecuário, o único capaz de garantir maior produtividade e receita, preservação ambiental e melhor qualidade de vida dos produtores rurais e da sociedade como um todo.

## REFERÊNCIAS

BAER, W. **A economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996.

BERTELLI, L. G. **Crença no agronegócio brasileiro**. Disponível em: <<http://www.idcid.org.br/default.asp?sec=3&id=3072>>. Acesso em: 20 fev. 2005.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Agribusiness cooperativo: economia, doutrina e estratégias de gestão**. 1994. 179 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba. 1994.

\_\_\_\_\_. **Cooperativas: economia, crescimento e estrutura de capital**. 1998. 254 f. Tese (Doutorado) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 1998.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Instrução Normativa SRF nº 83, de 11 de outubro de 2001, Dispõe sobre a tributação dos resultados da atividade rural das pessoas físicas.

Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/ins/2001/in0832001.htm>>. Acesso em: 22 abr. 2006.

CARDOSO, F. H. **Brasil 1994 – 2002, a era do real**. Brasília: Athalaia, 2002.

CARVALHO, A. P. **Ciência e tecnologia no Brasil: a capacitação brasileira para a pesquisa científica e tecnológica**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CEPEA - **Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – ESALQ – USP**. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/pib/>>. Acesso em: 10 maio, 2007.

CRUZ FILHO, H. **Informação contábil como fator de estímulo à participação na cooperativa**. Viçosa: UFV, 1995.

FURTADO, M. B. **Síntese da economia brasileira**. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

JANK, M. S. **A inserção do Brasil e do setor cooperativo no mercado mundial de produtos agroindustrializados**. Piracicaba: FEALQ – ESALQ-USP, 1990.

KIEFER, R. Campo em ebulição. **Revista Amanhã**, Porto Alegre: Plural Comunicação. 207 jan./fev. 2005. Disponível em: <<http://amanha.terra.com.br/edicoes/207/exclusivo.asp>>. Acesso em: 10 fev. 2006.

KIRSCHEN, E. S. **Política econômica contemporânea**. São Paulo: Atlas, 1975.

LACERDA, A. C. et al. **Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2000.

MAPA - **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/emprcoopbras/produto20052004.xls>>. Acesso em: set. 2006.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/depPlaDesComExterior/indEstatisticas/ExpCoopBra.php>>. Acesso em: 30 out. 2006.

MARION, J. C. **Contabilidade rural**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARQUES, J. A. V. C.; BRAGA, R. Análise dinâmica do capital de giro – o modelo Fleuriet. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, 1995.

OCB – **Organização das Cooperativas Brasileiras**. Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.coop.br/ocb/>>. Acesso em: 26 jul. 2006.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.com.br/Portals/0/documentos/mercados/EXPORTA%e2%82%acES%20COOPEATIVISTAS%20EM%202004%20-%20texto.doc>>. Acesso em: 15 ago. 2006.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.com.br/Default.aspx?tabid=266>>. Acesso em: 26 dez. 2006.

OCEPAR - **Organização das Cooperativas do Estado do Paraná**. Disponível em: <<http://www.ocepar.org.br/ocepar/servlet/PublicacaoMostrar02>>. Acesso em: 01 jun. 2006.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <http://www.ocepar.org.br/ocepar/servlet/PublicacaoMostrar01>. Acesso em: 01 ago. 2006

OHKAWA, K.; ROSOVSKY, H. The role of agriculture in modern Japanese economic development. **Economic Development and Cultural Change**, v. 9, part 1, 1961.

RAICES, C. **Guia valor econômico de agronegócios**. São Paulo: Globo, 2003.

RODRIGUES, R. Novos rumos do cooperativismo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COOPERATIVISMO, 11., 1997, Brasília. **Anais...** Brasília, 1997. p. 90-96.

\_\_\_\_\_. **Palestra no conselho do agronegócio**. Disponível em: <<http://www.cnpsa.embrapa.br/setorial/>>. Acesso em: 12 jun. 2006.

SCHUH, G. E. A agricultura no Brasil: política, modernização e desenvolvimento econômico. **Revista de Política Agrícola**, n. 2, p. 15-21, abr./jun. 1997.

ZUURBIER, P. J. P. União européia e reorganização do cooperativismo europeu. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COOPERATIVISMO, 11., 1997, Brasília. **Anais...** Brasília, nov. 1997. p. 153-171.

# Agora as revistas científicas da UNIPAR mais perto de você.



<http://revistas.unipar.br>  
submissões online, textos completos e informações.

CEDIC - Coordenadoria de Editoração e Divulgação Científica

Praça. Mascarenhas de Moraes, s/n  
CEP 87.502-210, Umuarama - Paraná  
Fone: (44) 3621-2812; (44) 3621-2828 ramal 1311  
Fax: (44) 3621-2830  
e-mail: [cedic@unipar.br](mailto:cedic@unipar.br)

